

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**14/2026 (RP 05-2026)**

**CONTRATANTE**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG

1

**OBJETO**

Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais elétricos, destinados ao atendimento das obras, reformas, manutenção predial, ampliações de redes elétricas, intervenções e instalações internas e externas dos Prédios públicos do Município de Itapagipe/MG, em conformidade com as especificações, quantidades e condições a serem estabelecidas no presente Termo de Referência.

**VALOR ESTIMADO**

**R\$ 2.608.710,85** (dois milhões, seiscentos e oito mil, setecentos e dez reais e oitenta e cinco centavos).

**LOCAL:** PLATAFORMA LICITANET

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 15/06/2026, ÀS 09:00 h.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Maior Desconto por Lote (lote único)

**INTERVALO MÍNIMO:**

**0,02 %**

**GARANTIA DA PROPOSTA:**

Correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Município de Itapagipe**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 RP (05/2026)**  
**Processo Administrativo nº 15970**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Itapagipe, por meio do(a) Setor de licitação, sediado(a) Rua 08, 1000, bairro Centro, na cidade de Itapagipe/MG, CEP 38240-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Maior desconto percentual, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do e Decreto Municipal 1.251 de 09 de julho de 2022, e demais legislação aplicável e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 15/06/2026

Hora Inicial: 09:00 h.

## **1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais elétricos, destinados ao atendimento das obras, reformas, manutenção predial, ampliações de redes elétricas, intervenções e instalações internas e externas dos Prédios públicos do Município de Itapagipe/MG, em conformidade com as especificações, quantidades e condições a serem estabelecidas no presente Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento para a presente aquisição será o de maior desconto por lote, garantindo a melhor relação custo-benefício e facilitando a gestão contratual. A adoção do julgamento por lote único justifica-se pela necessidade de padronização dos materiais, compatibilidade técnica entre os itens e maior eficiência logística no fornecimento, evitando fracionamento da contratação e assegurando maior economicidade à Administração.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.**

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que satisfaçam as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, que esteja previamente cadastrado na Plataforma Licitanet (licitanet.com.br).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para a presente contratação não constam itens cuja participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4. e 3.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.4. e 3.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (PLATAFORMA LICITANET), a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Percentual de desconto ofertado sobre o valor estimado do lote único. (xx %)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (PLATAFORMA LICITANET), na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto aplicado sobre o valor estimado do lote único.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,02% (zero virgula zero dois por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo ordem decrescente de percentual de desconto.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2 empresas brasileiras;

6.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for

o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

10

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 1 (um) dia útil; ou

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 1 (um) dia útil para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;



9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação;
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 13.2.1. advertência;
  - 13.2.2. multa;
  - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Plataforma Licitanet.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico [www.itapagipe.mg.gov.br](http://www.itapagipe.mg.gov.br)

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

15.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

15.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;

15.11.5. ANEXO V – Declaração conjunta.

Itapagipe/MG , 15 de maio de 2026

## ANEXO I

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

#### TERMO DE REFERÊNCIA

19

#### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais elétricos, destinados ao atendimento das obras, reformas, manutenção predial, ampliações de redes elétricas intervenções e instalações internas e externas dos Prédios públicos do Município de Itapagipe/MG, em conformidade com as especificações, quantidades e condições a serem estabelecidas no presente Termo de Referência.

#### 2. DO CONTRATO:

##### 2.1. VIGÊNCIA

2.1.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vedada sua prorrogação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser celebrados durante o período de vigência da ata e permanecerão válidos e eficazes até o término de sua vigência contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas estabelecidas no respectivo instrumento contratual.

##### 2.2. PRORROGAÇÃO:

2.2.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência definida no próprio instrumento contratual, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

##### 2.3. DA RESCISÃO

2.3.1. O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do **CONTRATANTE**, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados Art. 137, I a IX da Lei nº. 14.133/21.

2.3.2. Não haverá vínculo empregatício entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, em virtude do contrato.

##### 2.4. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

2.4.1. Considerando que os valores referenciais da presente contratação foram elaborados com base em tabela oficial de preços SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, os preços registrados poderão sofrer atualização em decorrência das alterações periódicas promovidas pelo sistema oficial de referência, devendo ser observada, por ocasião da emissão das notas fiscais e da formalização das contratações, a competência vigente da tabela adotada pela Administração.

2.4.2. A atualização dos preços observará os valores oficialmente divulgados pela tabela SINAPI correspondente ao período da contratação, preservando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada no certame.

2.4.3. Para fins de faturamento e emissão das notas fiscais, deverão ser considerados os preços constantes da tabela SINAPI vigente na data da solicitação de fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

2.4.4. Na hipótese de alteração, substituição, descontinuidade ou extinção da tabela SINAPI, a Administração poderá adotar outro sistema oficial de referência de preços que melhor represente os custos do setor, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro da contratação e as condições originalmente pactuadas.

### 3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES e VALOR REFERENCIAL

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO LOTE	UN	QTDE.	VALOR
1.	Materiais Elétricos.	UN	1	R\$ 2.608.710,85

#### 3.1. DA DISPONIBILIZAÇÃO DA TABELA SINAPI

20

Considerando a extensão e o volume de informações constantes da tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, utilizada como referência para formação dos preços estimados da presente contratação, fica dispensada sua juntada integral ao presente Termo de Referência.

A tabela SINAPI utilizada como referência poderá ser consultada eletronicamente por meio do portal oficial da Caixa Econômica Federal, disponível no endereço eletrônico:

[Tabela SINAPI – CAIXA Econômica Federal](#)

Para fins da presente contratação, foi adotada como referência a competência março/2026 da tabela SINAPI, observando-se os valores oficiais vigentes no momento da elaboração do orçamento estimativo.

Os materiais elétricos, constantes na tabela referencial, onde constam os quantitativos estimados, os códigos de referência dos insumos e os últimos valores oficiais disponíveis à época da elaboração do presente documento, poderão ser consultados em link específico:

[https://pmitapagipe.horusdm.com.br/licitacoes2?I\\_ANO=2026](https://pmitapagipe.horusdm.com.br/licitacoes2?I_ANO=2026)

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução proposta consiste na aquisição planejada e integrada de materiais elétricos, destinados a suprir de forma contínua e eficiente as necessidades das diversas Secretarias e setores da Administração Municipal de Itapagipe/MG. Trata-se de uma solução completa que abrange o fornecimento de materiais elétricos essenciais para execução de obras públicas, reformas, ampliações e manutenções preventivas e corretivas em prédios, vias e instalações municipais.

4.2. Essa solução será viabilizada por meio de pregão eletrônico na forma de registro de preços, permitindo o fornecimento parcelado e conforme a demanda real dos órgãos requisitantes, durante o período de vigência da Ata. Tal modelo assegura flexibilidade administrativa, controle de estoque, economicidade e maior eficiência operacional, além de garantir disponibilidade imediata dos materiais quando necessário.

4.3. Esses elementos, de forma integrada, permitirão à Administração manter a regularidade e a qualidade dos serviços de infraestrutura e conservação pública, garantindo o pleno funcionamento das edificações e equipamentos municipais. Assim, a solução contempla todos os meios necessários para atender à necessidade identificada, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Exigências internas da organização:

5.1.1. A contratação deverá atender às políticas internas de planejamento e controle de estoque, bem como às diretrizes de gestão de riscos e de planejamento orçamentário anual do Município. A Secretaria requisitante e o setor de engenharia deverão manter o controle de consumo e de requisições para garantir o uso racional dos materiais, evitando desperdícios e aquisições



desnecessárias. O fornecimento deverá permitir entregas parceladas, de acordo com as necessidades operacionais e disponibilidade orçamentária, reduzindo o risco de obsolescência ou deterioração dos itens armazenados. Além disso, a área técnica deverá fiscalizar a conformidade dos produtos entregues, registrando ocorrências e garantindo o cumprimento das condições contratuais.

## 5.2. Exigências externas à organização:

5.2.1. Os materiais elétricos a serem fornecidos deverão atender às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, especialmente as emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais órgãos de controle e certificação, conforme sua utilização específica. Deverão ainda observar os regulamentos de segurança e saúde no trabalho, além das exigências fiscais e ambientais.

## 5.3. Padrões mínimos de qualidade:

5.3.1. Para garantir o desempenho adequado das obras e serviços, todos os produtos deverão possuir padrões mínimos de qualidade e procedência, sem impor especificações excessivas que restrinjam a competitividade. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação e devidamente identificados por marca, modelo e certificação. Quando aplicável, deverão possuir certificação de conformidade do INMETRO ou equivalente, assegurando que atendem aos parâmetros de resistência, durabilidade e segurança.

5.3.2. Considerando a adoção do critério de julgamento por **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, as especificações mínimas deverão constar de forma detalhada neste Termo de Referência, de modo a evitar o fornecimento de produtos de baixa qualidade.

## 5.4. Carta de solidariedade do fabricante (exigência excepcional):

5.4.1. Em caráter excepcional, poderá ser exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, assegurando a execução do contrato, especialmente nos casos em que o fornecedor licitante atue como revendedor ou distribuidor. Essa exigência será adotada apenas quando houver justificativa técnica específica que demonstre sua necessidade, de modo a evitar restrição indevida à competitividade e garantir a segurança no cumprimento das obrigações contratuais.

## 5.5. Disponibilização do objeto:

5.5.1. Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Administração, em prazos previamente definidos no edital, observando o cronograma de obras e a capacidade de recebimento dos setores requisitantes. As entregas deverão ocorrer nos almoxarifados municipais ou diretamente nos locais indicados pela Secretaria demandante. O fornecedor deverá garantir a integridade dos produtos até o recebimento definitivo, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e substituição de itens eventualmente danificados ou em desacordo com as especificações contratuais.

# 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## 6.1. Descrição da dinâmica do contrato:

6.1.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão das respectivas ordens de fornecimento, o contratado deverá iniciar as entregas de acordo com as solicitações da Administração, observando o prazo máximo definido para cada item. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade, durante a vigência da ata, respeitando o cronograma de execução determinado pela área requisitante.

6.1.2. As entregas serão realizadas em horário comercial, de segunda a sexta-feira, nos locais indicados pela Secretaria requisitante, dentro do perímetro urbano do Município de Itapagipe/MG, no prazo máximo de 24 horas. A contratada deverá empregar métodos de controle de qualidade e garantir que os produtos estejam devidamente identificados, armazenados e transportados em condições adequadas. Excepcionalmente poderá ser necessária a entrega aos finais de semana devido à natureza do objeto.

6.1.3. Compete à contratante acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado, responsável por verificar a conformidade dos materiais entregues, bem como registrar eventuais ocorrências e solicitar providências corretivas. À contratada caberá cumprir rigorosamente os prazos e especificações dos produtos, manter comunicação permanente com o setor de compras e prestar esclarecimentos sempre que solicitado.

## 6.2. Método para quantificação dos bens a serem fornecidos:

6.2.1. A quantificação dos materiais será realizada conforme as Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração, que indicarão a descrição, unidade e quantidade dos itens demandados. A Administração poderá solicitar os materiais de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária, respeitando o limite máximo registrado na ata. Caso surjam demandas excepcionais por materiais específicos não previstos inicialmente, estas poderão ser objeto de nova pesquisa de mercado e, se necessário, de contratação complementar, observadas as disposições legais.

6.3. Mecanismos de comunicação:

6.3.1. A comunicação formal entre a contratada e a Administração será realizada, preferencialmente, por meio de Ordens de Fornecimento, ofícios, e-mails institucionais e registros em sistema eletrônico de gestão de contratos. Toda solicitação, entrega ou alteração de cronograma deverá ser documentada e encaminhada oficialmente à unidade de fiscalização, assegurando a rastreabilidade das informações.

6.4. Garantia e condições de assistência:

6.4.1. Os materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima de qualidade e conformidade, assegurando sua adequação ao uso e durabilidade conforme normas técnicas aplicáveis. Em caso de constatação de defeitos, vícios ou não conformidades, o fornecedor deverá substituir imediatamente o item, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 horas a contar da notificação. Quando necessário, poderá ser exigida garantia contratual, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para itens de maior valor ou relevância estrutural.

6.5. Formas de transição contratual:

6.5.1. Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato decorrente, a contratada deverá assegurar a conclusão de eventuais entregas pendentes, mantendo a integridade das condições estabelecidas. Caso seja firmado novo contrato com outro fornecedor, deverá haver transição ordenada, de modo a evitar descontinuidade no fornecimento de materiais, sendo facultada à Administração a solicitação de informações técnicas ou documentação necessária à continuidade do fornecimento.

6.6. Justificativa:

6.6.1. A realização de processo de licitação para o registro de preços para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos materiais pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**, para a manutenção e conservação dos prédios públicos, manutenções das vias públicas (salas entre outros compartimentos públicos), reforma e construção de pequenas praças, reformas pequenas e adaptações na estrutura física dos imóveis, atendimento emergencial à manutenção da rede escolar municipal, departamentos administrativos das Secretarias do município, de unidade de saúde, vias públicas, espaços comunitários e de lazer, de acordo com o registro das necessidades, presentes e futuras de acordo com o registro das necessidades, presentes e futuras, e a inviabilidade de instauração de processo licitatório para cada situação.

6.6.2 - A quantidade estimada foi baseada no consumo anual utilizado nos últimos exercícios, considerando a vigência de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6.3 - Salientamos que esse quantitativo de materiais visa não prejudicar as atividades desenvolvidas por toda a Administração Municipal de Itapagipe - MG.

6.6.4 - Vale esclarecer, ainda, que a quantidade solicitada será utilizada de forma parcelada, e a solicitação de fornecimento para a secretaria será realizada sob demanda, devendo cada secretaria requisitante promover a emissão da competente Ordem de Fornecimento e posterior nota de empenho.

6.6.5 - Os materiais devem ser originais, novos, de primeira linha, normatizados, e deverão respeitar os quantitativos nas especificações constantes na descrição deste Termo.

6.6.6 - O processo licitatório deverá ser realizado pelo critério **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, devendo o objeto ser subdividido em **LOTE ÚNICO** composto por diversos **ITENS**, o que não causa qualquer hipótese restritiva aos competidores, muito pelo contrário, faz com que a empresa participante possa reduzir o valor da proposta ou auferir maior desconto, em razão da possibilidade de sagra-se vencedora de vários itens e não somente de um ou dois.

6.6.7 - A possibilidade de parcelamento dos objetos a serem licitados/contratados encontra-se estatuída na Lei Federal nº 14.133/21. Assim sendo, quando a Administração Pública realiza um processo licitatório, em sendo similares os objetos a regras é que sejam licitados conjuntamente. Entretanto, de modo a estimular a competição e a busca da proposta mais vantajosa, existe a possibilidade de serem dividido em item (ou lote). A decisão em questão – dividir em lote ou reunir em objeto único – integra a competência administrativa discricionária, cabendo verificar em cada caso concreto, com base em juízo de oportunidade e conveniência, qual das soluções é a mais apropriada.

6.6.8 - A análise relativa à contratação e a forma de execução contratual foi deliberada pela Administração Pública de modo que a escolha da distribuição do lote levou em consideração não só a ampla concorrência, mas também fatores operacionais, que ultrapassam os limites do certame. Ou seja, não seria operacional para o município obter uma grande quantidade de Atas de Registro de Preços, o qual exigiria tempo e custo para sua confecção e futura operacionalização.

23

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O modelo de gestão do contrato consiste no conjunto de práticas, mecanismos e instrumentos adotados pela Administração para acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do fornecimento de conjuntos de materiais elétricos, assegurando o atingimento dos resultados previstos e o cumprimento integral das cláusulas contratuais. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a gestão contratual deve observar os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da segregação de funções e da transparência, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

7.2. Estrutura de governança e designação de agentes públicos:

7.2.1. A Administração designará formalmente gestor do contrato e fiscais técnicos e administrativos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. O gestor será responsável pela coordenação das atividades de fiscalização, comunicação com a contratada, elaboração de relatórios de acompanhamento e pela proposição de medidas corretivas.

7.2.3. Os fiscais acompanharão as entregas em campo, atestarão o recebimento provisório e definitivo, verificarão a conformidade dos materiais fornecidos e reportarão eventuais irregularidades ao gestor.

7.3. Instrumentos de acompanhamento e fiscalização:

7.3.1. A execução será monitorada por meio de checklists de recebimento, atas de conferência e termos de recebimento provisório e definitivo, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. A contratada deverá apresentar relatórios de entrega contendo o quantitativo distribuído e data de entrega.

7.3.3. A Secretaria requisitante manterá sistema de registro e rastreabilidade das entregas, permitindo a identificação imediata de pendências ou desconformidades.

7.4. Indicadores de desempenho e resultados:

7.4.1. Serão adotados indicadores objetivos de avaliação do contrato, tais como:

- a. Percentual de entregas realizadas dentro do prazo pactuado;
- b. Taxa de não conformidade dos itens recebidos;
- c. Percentual de demandas atendidas integralmente no prazo;
- d. Ocorrência de substituições de itens defeituosos.

7.4.2. Os indicadores serão monitorados periodicamente e comporão relatórios de desempenho, que subsidiarão eventual aplicação de penalidades ou prorrogação contratual.

7.5. Comunicação formal com a contratada:

7.5.1. Toda comunicação relevante será realizada por meio de ordens de fornecimento, notificações oficiais, e-mails institucionais ou sistema eletrônico da Administração, devidamente registrados no processo administrativo, [pmicontabilidade@itapagipe.mg.gov.br](mailto:pmicontabilidade@itapagipe.mg.gov.br), [compras@itapagipe.mg.gov.br](mailto:compras@itapagipe.mg.gov.br) e [infraestrutura@itapagipe.mg.gov.br](mailto:infraestrutura@itapagipe.mg.gov.br).

7.5.2. Ocorrências de irregularidades ou descumprimentos contratuais serão notificadas formalmente, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

7.6. Gestão de riscos e plano de contingência:

7.6.1. O contrato observará o Mapa de Riscos da contratação, elaborado na fase preparatória, com

ações de prevenção, mitigação e contingência para riscos como atrasos, fornecimento inadequado ou preços acima do mercado.

7.6.2. Caso identificado risco de descontinuidade do fornecimento, poderá ser acionado o regime de contratação emergencial previsto no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, de forma fundamentada e limitada ao restabelecimento da regularidade.

7.7. Gestão de garantias e responsabilização:

7.7.1. Considerando a natureza do objeto, não será exigida garantia contratual.

7.7.2. A contratada será responsável pela substituição imediata de itens defeituosos ou em desacordo com as especificações, sem ônus adicional para a Administração.

7.8. Relatórios e encerramento do contrato:

7.8.1. Ao final da execução, será elaborado relatório conclusivo de gestão, contendo a avaliação dos resultados alcançados, a comparação com os indicadores definidos e a análise de economicidade e eficiência.

7.8.2. Esse relatório servirá de subsídio para a prestação de contas, para auditorias internas e externas e para aprimoramento das futuras contratações.

7.8.3. Assim, o modelo de gestão do contrato garante a adoção de práticas sistemáticas de fiscalização, comunicação e avaliação, fortalecendo a governança pública, prevenindo riscos e assegurando que a contratação produza resultados efetivos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os objetivos da contratação.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. O modelo de pagamento adotado nesta contratação deve refletir a natureza do objeto, qual seja, o fornecimento de bens, com serviços acessórios de embalagem, identificação e entrega. Diferentemente de serviços continuados, não se prevê pagamento mensal recorrente, mas sim pagamento condicionado ao fornecimento integral, conferência e recebimento definitivo dos materiais pela Administração.

8.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária ou depósito em conta corrente de titularidade da contratada, em até 15 (quinze) dias, após a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e, modelo 55), devidamente atestada pelo gestor ou fiscal do contrato. Tal procedimento assegura que o pagamento esteja vinculado ao cumprimento efetivo da obrigação contratual, resguardando a Administração quanto à entrega tempestiva e em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência.

8.3. O prazo para pagamento ficará suspenso na hipótese de irregularidades ou inconsistências na Nota Fiscal, nos relatórios de entrega ou na conferência de materiais. O fluxo será retomado somente após a correção da pendência, em consonância com o princípio da legalidade e com a boa governança contratual.

8.4. Além disso, como condição indispensável para a liquidação da despesa, a contratada deverá comprovar, no momento de cada pagamento, sua regularidade fiscal e trabalhista, apresentando documentos que comprovem:

8.4.1. Regularidade junto à Seguridade Social;

8.4.2. Certidão conjunta de débitos federais e da Dívida Ativa da União;

8.4.3. Certidões de regularidade fiscal municipal e estadual/distrital;

8.4.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

8.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.5 Essa exigência, prevista na legislação, garante que a Administração não fomente a inadimplência tributária ou trabalhista, alinhando-se ao princípio da probidade administrativa.

8.6. A Administração poderá recusar o pagamento caso os bens entregues apresentem não conformidades (defeitos, inadequações técnicas ou vícios que prejudiquem sua utilização), bem como poderá deduzir valores devidos a título de multas, indenizações ou penalidades aplicadas, preservando o interesse público e a economicidade da contratação.

8.7. É expressamente vedado o pagamento antecipado, salvo em situações excepcionais e devidamente justificadas pela autoridade competente, conforme o art. 145, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A regra geral será o pagamento somente após a entrega e aceite dos bens, reforçando a segurança jurídica da contratação.



8.8. Por fim, reforça-se que as condições de pagamento deverão guardar equivalência às praticadas no setor privado, não podendo a contratação pública ser mais onerosa ou menos eficiente, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021. Essa exigência assegura que o fornecimento contratado pela Administração esteja em conformidade com práticas de mercado, resguardando o princípio da economicidade e da eficiência administrativa.

## **9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **9.1. Habilitação Jurídica**

9.1.1. Registro comercial, no caso de Empresa Individual;

9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou aditivo consolidado em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores;

9.1.3. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva acompanhada do contrato social;

9.1.4. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **9.2. Regularidade Fiscal**

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

9.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Certame.

9.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

9.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

9.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### **9.3. Qualificação Econômica Financeira**

9.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### **9.4. Outros Documentos**

**9.4.1.** Cópia autenticada do Alvará de Localização e Funcionamento, emitido pelo Município sede da empresa.

### **9.5. Habilitação Técnica**

**9.5.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de materiais elétricos compatíveis com o objeto da contratação;

## **10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **Pregão Eletrônico**, na forma de **Registro de Preços**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, aplicado **sobre os valores unitários constantes na planilha estimativa de preços**, elaborada pela Administração com base em pesquisa de mercado realizada nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**.

10.2. O desconto ofertado pelo licitante vencedor será aplicado **uniformemente sobre todos os itens constantes da planilha**, resultando na formação dos preços finais a serem registrados na Ata de Registro de Preços, respeitando **o intervalo mínimo de 0,02%**.

10.3. A adoção do critério de julgamento pelo **maior desconto percentual** visa proporcionar maior competitividade, padronização das propostas e simplificação da disputa entre os licitantes, garantindo à Administração a obtenção da proposta mais vantajosa.

## **11. GARANTIA DE PROPOSTA**

11.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme previsto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço por item, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário definidos para a abertura da sessão pública.

11.3. No ato de apresentação da proposta, os licitantes deverão incluir a comprovação do recolhimento da garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A garantia de proposta será no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, equivalente a **R\$ 26.087,10 (vinte e seis mil, oitenta e sete reais e dez centavos)**.

11.5. A devolução da garantia ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11.6. A recusa injustificada em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos exigidos para contratação implicará a execução integral da garantia de proposta.

11.7. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das seguintes modalidades, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública [...];
- b. Seguro-garantia;
- c. Fiança bancária;
- d. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor integral.

11.8. Caso a opção seja por caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na seguinte conta da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG:

**Favorecido: Prefeitura Municipal de Itapagipe**  
**CNPJ: 21.226.840/0001-47**  
**Banco: 104**  
**Agência: 4279**  
**Conta Corrente: 34-3**

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.3 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 12.4 Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.10 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.11. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.12 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.13 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.14 Multa: A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **13.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Constituem obrigações da Contratante:

- I – designar servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato;
- III – emitir as ordens de fornecimento contendo as quantidades, especificações e locais de entrega dos materiais;
- IV – receber os materiais fornecidos, realizando a conferência quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- V – rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas ou que apresentem defeitos;
- VI – comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos materiais;
- VII – efetuar o pagamento à contratada no prazo e nas condições estabelecidas no contrato, após o recebimento definitivo dos materiais;
- VIII – prestar as informações e esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais;
- IX – aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando constatado o descumprimento das obrigações por parte da contratada;
- X – garantir as condições necessárias para o recebimento e armazenamento dos materiais fornecidos.

#### **13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da Contratada:

- I – fornecer os materiais conforme as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato;
- II – cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos pela Administração;
- III – responsabilizar-se pela qualidade, integridade e funcionamento adequado dos materiais fornecidos;

IV – substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os materiais que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas;

V – manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

VI – responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato;

VII – arcar com todas as despesas relacionadas ao transporte, embalagem, carga, descarga e entrega dos materiais no local indicado pela Administração;

VIII – comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a execução do contrato;

IX – atender prontamente às determinações da fiscalização do contrato;

X – responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

XI – garantir que os materiais fornecidos atendam às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da **ABNT** e às certificações exigidas pelo **INMETRO**, quando cabível;

XII – fornecer produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização.

#### **14. SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será permitida a subcontratação do objeto contratado, tendo em vista que se trata de fornecimento de bens comuns, cuja execução não demanda divisão de atividades ou especialização complementar.

#### **15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.608.710,85, conforme especificações apostas no lote 1 deste Termo de Referência.

#### **16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1 A fiscalização da entrega dos bens será realizada por servidor nomeado, cabendo-lhe verificar a conformidade do objeto entregue com as especificações do termo de referência, registrar irregularidades e tomar as providências necessárias para assegurar a execução adequada, incluindo o atesto de recebimento provisório e/ou definitivo.

- 16.1.1 A Gestão do Contrato ficará sob responsabilidade do Wagner Antônio de Oliveira, a quem caberá supervisionar o cumprimento das obrigações contratuais e adotar medidas administrativas cabíveis.

16.1.2. A entrega dos materiais deverá ser acompanhada pelo órgão requisitante, sendo o fiscal responsável por anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato. O fiscal também determinará as ações necessárias para corrigir falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos ao gestor para providências cabíveis.

#### **16.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

16.2.1 O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas, compreendendo recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

16.2.2 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, mediante conferência inicial da quantidade, integridade das embalagens e conformidade com a nota fiscal.

16.2.3 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e conformidade dos materiais com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**.

16.2.4 Caso sejam constatadas irregularidades, os materiais poderão ser recusados, devendo a contratada providenciar sua substituição no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem ônus para a Administração.

16.2.5 O pagamento somente será realizado após o **recebimento definitivo dos materiais**, mediante atesto do fiscal do contrato.

16.3 A Contratada deverá fornecer um endereço de e-mail válido para as comunicações oficiais entre as partes.

29

16.4 Considera-se que todas as mensagens enviadas pelos servidores para o e-mail fornecido serão lidas após 24 horas do envio, independentemente de confirmação de recebimento.

16.5 É responsabilidade exclusiva da Contratada, garantir que o endereço de e-mail fornecido esteja sempre atualizado e ativo.

16.6 A Administração Pública não se responsabilizará por problemas decorrentes de endereço de e-mail inválido ou desatualizado fornecido pela Contratada.

## **17. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da necessidade de contratações futuras e eventuais, cujas demandas não podem ser previamente definidas com exatidão pela Administração, especialmente quanto aos quantitativos e à frequência de utilização dos materiais.

17.2. O modelo de contratação por registro de preços possibilita maior eficiência administrativa, eco. nomicidade, planejamento e flexibilidade operacional, permitindo que as aquisições ocorram de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, evitando formação excessiva de estoque, desperdícios e contratações repetitivas.

17.3. Além disso, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior agilidade no atendimento das demandas das Secretarias Municipais, assegurando continuidade dos serviços públicos e melhor gestão dos recursos orçamentários, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão conforme dotação orçamentária:

Classificação funcional: 15452

Natureza da despesa: 3390300000

Vínculo: recurso próprio

Ficha:443-1500

Itapagipe/MG, 24 de abril de 2026.

---

**LUIZ GUSTAVO GOMES**  
**Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**

---

**RICARDO GARCIA DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**

## ANEXO II

### MINUTA DE CONTRATO Nº. .../2026.

Pregão Eletrônico nº. 14/2026 - RP 05/2026

2

Processo nº. 15970

*Contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE-MG, e de outro lado, ....., na forma abaixo:*

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 21.226.840/0001-47, com sede administrativa na Rua 08, nº. 1000, Centro, CEP: 38.240-000, cidade de Itapagipe/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **RICARDO GARCIA DA SILVA**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. (a) \_\_\_\_\_, doravante denominado (a) CONTRATADO (A) resolvem, pelas cláusulas e condições que se seguem e tendo em vista o que consta no Processo nº 15970 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 14/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Fornecimento de materiais elétricos, destinados ao atendimento das obras, reformas, manutenção predial, ampliações de redes elétricas, intervenções, instalações internas e externas dos Prédios públicos do Município de Itapagipe/MG, em conformidade com as especificações, quantidades e condições a serem estabelecidas no presente Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantagem para a Administração.

2.2- O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4- O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Presente edital.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1- O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....), ofertando o desconto de ...% (xxx por cento).

5.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1- O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1- Considerando que os valores referenciais da presente contratação foram elaborados com base na tabela oficial SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, eventuais variações de preços decorrentes das atualizações periódicas promovidas pelo referido sistema já serão automaticamente refletidas nos valores adotados pela Administração, observada a competência vigente da tabela por ocasião da emissão das notas fiscais e da formalização das contratações, razão pela qual não se mostra necessário o estabelecimento de reajuste contratual específico.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1- As obrigações do contratante são aquelas estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1- As obrigações do contratado são aquelas estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1- Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1- As infrações e sanções administrativas da presente contratação são aquelas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1- O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3- Indenizações e multas.

12.3.4- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Classificação funcional: 15452

Natureza da despesa: 3390300000

Vínculo: Recurso próprio

Ficha: 443-1500

13.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2- O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA: - DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS**



A Contratada deve fornecer um endereço de e-mail válido para as comunicações oficiais com a administração.

A Contratada concorda que todas as mensagens enviadas pela Administração para o endereço de e-mail fornecido serão consideradas como lidas após 24h do envio, independentemente de confirmação de recebimento.

A Contratada é responsável por garantir que o endereço de e-mail fornecido esteja sempre atualizado e ativo.

A administração pública não será responsável por quaisquer problemas decorrentes do uso de um endereço de e-mail inválido ou desatualizado pela contratada.

As notas fiscais emitidas pela Contratada, referentes ao objeto do presente contrato, deverão ser encaminhadas ao e-mail: [infraestrutura@itapagipe.mg.gov.br](mailto:infraestrutura@itapagipe.mg.gov.br).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itapagipe/MG, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do presente contrato.

18.2 - Assim, ajustadas e contratadas as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito conforme normas estabelecidas pela legislação vigente na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

**Itapagipe/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.**

---

**MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE  
CONTRATANTE**

---

**CONTRATADO (A)**

**TESTEMUNHAS:**

**1)** \_\_\_\_\_

**2)** \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. .../2026.

Pregão Eletrônico n°. 14/2026 – RP 05/2026

Processo n°. 15970

6

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n°. 21.226.840/0001-47, com sede administrativa na Rua 08, n°. 1000, Centro, CEP: 38.240-000, cidade de Itapagipe/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **RICARDO GARCIA DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 14/2026, processo administrativo n.º 15970, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais elétricos, destinados ao atendimento das obras, reformas, manutenção predial, ampliações de redes elétricas, intervenções e instalações internas e externas dos Prédios públicos do Município de Itapagipe/MG, em conformidade com o Termo de Referência, anexo ao edital do Pregão Eletrônico n° 14/2026, e, nos termos das propostas dos licitantes vencedores, pelo período de 12 meses, com entrega parcelada conforme autorizações de fornecimento realizadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo de Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
01	MateriaisElétricos	Lote único	R\$ 2.608.710,85	.....%

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Itapagipe/MG.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

##### **Dos limites para as adesões**

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

##### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital* poderá:

5.12.1. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados observarão os valores constantes da tabela oficial SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, adotada como referência pela Administração para composição dos preços da presente contratação.

6.1.1. As contratações decorrentes da ata, bem como as respectivas medições e pagamentos, considerarão a competência vigente da tabela SINAPI aplicável à época da execução do objeto, emissão da nota fiscal ou formalização da contratação.

6.1.2. Em razão da utilização de tabela oficial periodicamente atualizada, não caberá aplicação de reajuste, repactuação ou atualização monetária específica sobre os preços registrados.

6.1.3. As quantidades inicialmente estimadas poderão ser alteradas, acrescidas ou suprimidas, conforme a necessidade da Administração e observados os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.4. Excepcionalmente, poderá haver revisão dos valores registrados nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação de fato superveniente, imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da ata nas condições originalmente pactuadas.



6.1.5. Também poderá ocorrer revisão em caso de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais ou superveniência de disposições legais com comprovada repercussão nos custos da contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Considerando que os preços registrados têm como referência a tabela oficial SINAPI vigente, eventual alteração ordinária dos valores decorrente da atualização periódica da referida tabela não caracterizará reajuste ou alteração contratual, devendo ser automaticamente observada pela Administração por ocasião das contratações decorrentes da ata.

7.2. Na hipótese de ocorrência das situações excepcionais previstas no item 6.1.3, o fornecedor poderá requerer revisão extraordinária dos preços registrados, mediante apresentação de documentação comprobatória da efetiva quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

7.2.1. O pedido deverá ser instruído com documentação idônea, memória de cálculo, planilhas de custos e demais elementos que demonstrem a inviabilidade da manutenção das condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não comprovada a ocorrência de fato superveniente apto a justificar a revisão extraordinária, o pedido será indeferido, permanecendo válidas as condições originalmente registradas.

7.2.3. Reconhecida a necessidade de revisão extraordinária, a Administração promoverá a adequação dos valores registrados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.4. Caso não haja viabilidade na manutenção da ata após a tentativa de revisão extraordinária, a Administração poderá promover o cancelamento do registro de preços e adotar as medidas necessárias para realização de nova contratação.

7.2.5. Os órgãos e entidades participantes que possuem contratos decorrentes da ata serão formalmente comunicados sobre eventual revisão extraordinária dos preços registrados, para avaliação da necessidade de alteração contratual correspondente.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.2. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.2.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.2.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.2.4.

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.2 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5.1. Por razão de interesse público;

9.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.2. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.2.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual

caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do presente edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

13

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**Pregão Eletrônico nº 14/2026 – RP 05/2026**  
**Processo nº. 15970**

14

**Processo Licitatório nº 15970**

**Pregão Eletrônico nº 14/2026**

**Objeto:** Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais elétricos, destinados ao atendimento das obras, reformas, manutenção predial, ampliações de redes elétricas, intervenções e instalações internas e externas dos Prédios Públicos do Município de Itapagipe/MG, em conformidade com as especificações, quantidades e condições a serem estabelecidas no presente Termo de Referência.

**À**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE-MG**

<b>RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>CIDADE:</b>
<b>ESTADO:</b>
<b>TELEFONE:</b>
<b>E-MAIL:</b>

<b>INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Conta:</b>

<b>REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:</b>
<b>Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.</b>
<b>E-mail</b>
<b>Telefone:</b>

No uso das atribuições legais, encaminhamos a Proposta de Preços para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei.

Nº	Un	Descrição	Desconto	Valor
----	----	-----------	----------	-------



01	Lote	Materiais elétricos	%	R\$
----	------	---------------------	---	-----

**Preço global da proposta por extenso:** \_\_\_\_\_

**Validade da proposta:** \_\_\_\_\_ (não inferior a 60 dias, contados da data da sua emissão – informação obrigatória).

15

Declaramos ainda, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório **Pregão Eletrônico nº 14/2026**, instaurado pelo Município de Itapagipe/MG, que:

- Assumimos a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos cotados;
  - Os valores propostos, bem como aqueles que por ventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação.
  - Examinamos, criteriosamente, todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Licitador todas as informações sobre qualquer ponto duvidoso;
  - Os elementos desta Licitação permitem a elaboração de uma proposta totalmente condizente para o fornecimento do objeto licitado.
  - A participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão aos termos e condições estabelecidas no Edital e que sendo vencedor da licitação, assumiremos integral responsabilidade pelo perfeito e completo fornecimento do objeto licitado de acordo com as especificações propostas.
- Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Nome da Empresa (carimbo da empresa)**

Representante legal

## ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG  
PROCESSO Nº 15970

16

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ n.º ....., sediada na ....., bairro ....., cidade ....., por seu Administrador, o Sr. ...., brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º ....., inscrito no CPF n.º ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação no Processo de Licitação supra citada, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
7. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG, que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;
8. Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
9. Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo a presente.

...../....., ..... de ..... de 2026.

.....  
**Nome Completo**

Cargo

CPF .....

RG .....